



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

**Procedimento pré-contratual por Concurso Público no âmbito da União Europeia**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA DO  
VASCO GIL E ABRIGO DA FUNDOA**

**Ref. de procedimento n.º 0246/UBA/2025**

**Programa de Concurso**



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

## **ÍNDICE**

- 1- Objeto do concurso**
- 2- Entidade adjudicante**
- 3- Órgão que tomou a decisão de contratar**
- 4- Fundamentação da escolha do procedimento**
- 5- Órgão competente para a prestação de esclarecimentos e erros e omissões**
- 6- Esclarecimento, retificação e alteração das peças procedimentais oficiosamente**
- 7- Preço ou custo anormalmente baixo**
- 8- Documentos que constituem a proposta**
- 9- Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta**
- 10- Consulta e fornecimento das peças do procedimento**
- 11 - Local e prazo para apresentação das propostas**
- 12- Prazo para manutenção da proposta**
- 13- Apresentação de propostas variantes**
- 14- Negociação das propostas**
- 15- Critério de adjudicação**
- 16- Modalidade jurídica de associação de empresas**
- 17- Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário**
- 18- Prazo de apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário**
- 19- Caução**
- 20- Encargos**
- 21- Dados Pessoais**
- 22- Legislação aplicável**



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

**PROGRAMA DE CONCURSO**

**1- OBJETO DO CONCURSO**

O presente concurso público com publicidade internacional tem por objeto a celebração de um contrato para a aquisição de serviços de manutenção do Centro de Recolha do Vasco Gil e do Abrigo da Fundoa, conforme descrito no caderno de encargos e nos seus anexos técnicos.

**2- ENTIDADE ADJUDICANTE**

A entidade adjudicante é o Município do Funchal, com o número de pessoa coletiva 511217315, sito na Praça do Município, com o código postal 9004-512 Funchal, telefone geral 291 211 000, com plataforma eletrónica a utilizar <http://www.acingov.pt> e com o endereço eletrónico [dcpa@funchal.pt](mailto:dcpa@funchal.pt).

**3- ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar foi tomada por despacho do órgão competente para a decisão de contratar, a Senhora Vereadora do Município do Funchal, Ana Fernanda Osío Bracamonte, no uso da competência que lhe advém do Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências, exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal do Funchal, em 1 de fevereiro de 2024, publicitado pelo Edital n.º 91/2024, da mesma data. O edital foi afixado nos locais de estilo e publicado no Diário de Notícias da Madeira e Jornal da Madeira, edições de 3 de fevereiro de 2024.

**4- FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO**

A escolha do procedimento tem como fundamento o critério do valor, nos termos conjugados do artigo 16.º n.ºs 1, alínea c) e 2, alínea e), artigos 17.º, 18.º e 20 n.º 1 alínea a) todos do Código Dos Contratos Públicos.



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

## **5- ÓRGÃO COMPETENTE PARA A PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES**

5.1 Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do artigo 50.º do CCP.

5.2 No mesmo prazo devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

5.3 Os esclarecimentos a que se refere o ponto 1 são prestados por escrito, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.4 O Órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões, considerando-se rejeitados todos os que até ao termo do 2º terço do prazo de entrega de propostas, não sejam por ele expressamente aceites.

5.5 O Órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no parágrafo anterior, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

## **6- ESCLARECIMENTO, RECTIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS, OFICIOSAMENTE**

6.1- A entidade adjudicante pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos até ao 2º terço do prazo de entrega de propostas.

6.2- Para além do prazo referido no ponto anterior, quaisquer retificações de erros e omissões ou esclarecimentos oficiosos, obrigam à prorrogação do prazo de entrega de propostas, por prazo equivalente ao do atraso verificado, e à publicação de aviso no Diário da Republica e no JOUE, sendo caso disso.

6.3- Quando as retificações ou aceitação de erros ou omissões implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo para apresentação de propostas



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde a publicação do anúncio do concurso até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão de aceitação de erros ou omissões.

6.4- A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado por período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

### **7- PREÇO OU CUSTO ANORMALMENTE BAIXO**

Não é fixado preço ou custo anormalmente baixo.

### **8- DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

A proposta é constituída pelos seguintes elementos:

- a) **DEUCP** (Documento Europeu Único de Contratação Pública);
- b) **Documento contendo** preço mensal e anual da proposta, sem incluir o IVA, apenas indicando a taxa de IVA legalmente aplicável;
- c) **Descrição dos serviços** a prestar de acordo com o constante no Anexo Técnico I;
- d) **Documentos comprovativos do constante no ponto I, da alínea n) do Anexo Técnico I**, nomeadamente cópias dos protocolos ou contratos celebrados com os médicos veterinários.

### **9- MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA**

9.1- A entrega dos documentos que constituem a proposta será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico **[https: //www.acingov.pt](https://www.acingov.pt)**

9.2 - As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser redigidas em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

9.3 Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada própria ou dos representantes legais. A aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos ou ficheiros eletrónicos da proposta, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do Decreto-Lei n.º 12/2021, de 9 de fevereiro, sob pena de exclusão da proposta, nos termos do artigo 146.º n.º 2 alínea I), aplicável por força do artigo 122.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

9.4 Em cumprimento do disposto no artigo 54.º n.º 7 da Lei N.º 96/2015, de 17 de agosto, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura digital qualificada do cartão de cidadão), deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito).

**Atenção:** nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes para vincular a sociedade.

9.5 Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetam.

9.6 Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

9.7 Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente de processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.

## **10- CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

10.1- O Processo de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se patentes na Divisão de Contratação Pública - Praça do Município, 9004-512 Funchal, onde podem ser consultados, durante as horas de expediente das 9h30 às 12h00 e das 14h30 às 16h30 de segunda a sexta-feira, desde a data do envio para publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

10.2- O presente procedimento, está integralmente disponibilizado de forma gratuita, na plataforma eletrónica de contratação pública acingov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

## **11- LOCAL E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

11.1 - As propostas devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, até às **23h59 do 30.º dia (trigésimo)** a contar da data de envio do anúncio para publicação no DR e no JOUE.

11.2 – As propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues através da plataforma eletrónica, até à data e hora definidas no número anterior.

11.3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no número anterior.

11.4 – Quando pela sua natureza qualquer documento não possa ser apresentado nos termos do n.º 1 deste artigo deverão ser apresentadas nos termos do n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

## **12- PRAZO PARA MANUTENÇÃO DA PROPOSTA**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 dias (noventa) dias** contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

## **13- APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## **14- NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas não são objeto de negociação nos termos do artigo 149.º do CCP.

## **15- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

15.1 O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o mais baixo preço.

15.2 Havendo duas ou mais propostas de igual preço, as propostas serão ordenadas na sequência de sorteio por bolas numeradas. O sorteio será efetuado nos termos que se seguem:

- a) a data e hora do ato público do sorteio das propostas, é comunicada a todos os concorrentes por escrito com uma antecedência mínima de 5 dias;
- b) ao ato público do sorteio, pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados;
- c) o júri numera as bolas de acordo com o número de propostas empatadas;





**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

d) as bolas são inseridas num saco opaco.

e) as bolas serão depois retiradas em 2 fases.

uma: - Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para efeito de estabelecer a vez, para efeitos de retirar as bolas na 2ª fase. A vez, corresponde ao número da bola.

f) as bolas são novamente introduzidas no saco.

duas: - Nesta segunda fase, cada um dos concorrentes pela ordem já determinada na primeira fase retira uma bola.

g) a ordenação das propostas objeto do sorteio, corresponderá aos números das bolas de cada concorrente.

h) será feita uma ata do sorteio, a assinar por todos os concorrentes presentes e pelos membros do Júri. Havendo recusa de assinatura far-se-á menção na ata.

15.3– Estando apenas um representante com poderes de representação:

a) - Não haverá lugar à primeira fase do sorteio, passando-se diretamente para a segunda fase.

b) - Nesta fase serão introduzidas no saco tantas bolas numeradas quantos as propostas de igual valor. O representante do concorrente, retirará uma bola cujo numero corresponderá ao seu lugar na lista de ordenação de propostas.

15.4- Havendo apenas 2 bolas introduzidas no saco, o presidente do júri após a retirada de uma bola pelo representante do concorrente, retirará a segunda bola para confirmar o numero de bolas introduzidas no saco e a sua numeração.

15.5 - Havendo mais do que 2 bolas, após a retirada de uma bola pelo representante do concorrente presente, caberá ao Presidente do Júri, retirar 1 bola e sucessivamente, e de acordo com o numero da bola, ordenar o concorrente, no correspondente lugar na lista de ordenação de propostas.



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

15.6 – Caso nenhum dos concorrentes compareça na data e hora designada pelo júri, o sorteio será realizado perante o Júri do procedimento, sendo que o Presidente do Júri, nomeará oficiosamente um representante ad hoc para cada um dos concorrentes, o qual não poderá pertencer ao Júri, nem ao Executivo da Câmara Municipal do Funchal.

**16- MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS**

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Consórcio.

**17- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO**

17.1 - Nos termos do artigo 81.º do CCP e artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, o adjudicatário, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, deverá apresentar cópia dos seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração do **Anexo II-M** a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto legislativo regional 34/2008/M na sua atual redação;
- b) Certificado **comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Certificado **comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) **Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência**, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55.º do CCP;



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

e) Declaração de rendimentos (modelo 3 ou **modelo 22**, este último acompanhado do **Anexo C**, se for o caso) do último exercício económico disponível;

f) Declaração de rendimentos e retenções de residentes (**modelo n.º 10**) e **DMR (Autoridade Tributária)** do último exercício económico disponível;

g) **Anexo Q** da informação empresarial simplificada (**IES**) do último exercício económico disponível;

h) **Anexo R do IVA da ultima declaração periódica do IVA;**

i) Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, (caso aplicável) – **Anexo III**;

j) Comprovativo da inscrição no **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, devendo para o efeito ser disponibilizado o respetivo código de acesso, nos termos do disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, na sua atual redação, conjugado com o artigo 3.º da Portaria 200/2019, de 28 de junho

17.2 - Quando o adjudicatário tenha apresentado o documento previsto na alínea i), declarando que não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 16.º, 17.º e 21.º da Lei da Finanças Regionais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, não está obrigado a apresentar os documentos referidos nas alíneas e), f), g) e h) do artigo anterior.

**17.3 Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:**

a) Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente (consoante o caso);



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

b) Identificação completa (através de informação do cartão do cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP.

17.4 Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

#### **18- PRAZO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO**

18.1.-O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo de **10 (dez) dias** a contar da notificação da adjudicação.

18.2- É de **3 (três) dias** o prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados para o efeito do art.º 132 nº 1 alínea g) do código dos contratos públicos.

#### **19- CAUÇÃO**

19.1- O concorrente preferido será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, **fixado um prazo de 10 (dez) dias**, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no nº 2, alínea b) do artigo 77º e no artigo 91º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro.

19.2- A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, é no montante correspondente a **2% do preço total do contrato.**

19.3- A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme modelos em anexo (Anexo III e Anexo IV).



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

19.4- O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito à ordem da entidade adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.

19.5- Quando o depósito for efetuado em títulos estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se nos últimos três meses, a média de cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.

19.6- Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações respeitantes à garantia, devendo a mesma conter o reconhecimento notarial das assinaturas.

19.7- Tratando-se de seguro-caução, é exigida a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações respeitantes ao seguro;

19.8- Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

19.9- Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

19.10- A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar em tempo e nos termos estabelecidos nos pontos anteriores a caução que lhe seja exigida;

19.11- A não prestação de caução deve ser imediatamente comunicada ao Instituto da Construção e do Imobiliário.

## **20- ENCARGOS**



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

20.1- As despesas e encargos inerentes à elaboração da proposta são da responsabilidade do concorrente.

20.2- As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante.

## **21- DADOS PESSOAIS**

21.1 - Os dados pessoais a que o concorrente tenha acesso durante o presente procedimento concursal, serão tratados em estrita observância com as regras e normas do RGPD e a Lei de Proteção de Dados, devendo, após a adjudicação do contrato serem eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigação legais.

21.2 – O concorrente compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

## **22- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o omissa no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptação à Região Autónoma da Madeira, através do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto de 2008, nas suas versões consolidadas e restante legislação aplicável.



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

## **ANEXO I**

### **DEUCP**



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

**ANEXO II – M**

**Modelo de declaração**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81 do código dos contratos públicos e n.º 1 do art.º 7º do DLR n.º 34/2008/M de 14 de agosto)

(Não dispensa a verificação da conformidade legal incluindo atualizações)

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1)Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2)No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua





**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

**ANEXO III**

Modelo de declaração  
(caso aplicável)

(a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação) (Não dispensa a verificação da conformidade legal)

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de .....

(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico:

- Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período de atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
  - Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
  - Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
  - Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA (3).
- ... (local),... (data), [assinatura (4)].

(1) aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) no caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.

(4) nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 55.º



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

**ANEXO IV**

Modelo de guia de depósito bancário

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai \_\_\_\_\_ (nome do adjudicatário), com sede em \_\_\_\_\_ (morada), depositar na \_\_\_\_\_ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos \_\_\_\_\_ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para \_\_\_\_\_ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de Município do Funchal, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**  
**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE**

**Anexo V**

**ANEXO DO MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO**

Garantia bancária/seguro *(eliminar o que não interessar)* de caução

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (adjudicatário), vem o(a) \_\_\_\_\_ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de Município do Funchal, \_\_\_\_\_ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução *(eliminar o que não interessar)*, até ao montante de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8 ou 7 e 8 *(eliminar o que não interessar)* do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2%, do preço contratual e no montante nominal de \_\_\_\_\_ e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Município do Funchal em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros *(eliminar o que não interessar)* garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções dos garantidos), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura dos) representante(s) legal(ais) com o reconhecimento notarial das assinaturas]